

Pronunciamento em comemoração aos 90 anos da Justiça Eleitoral

Ilustres pares, sinto-me honrada em estar na condução dos trabalhos desta Justiça Especializada, garantidora da democracia brasileira no dia de hoje, que se comemora 90 anos da Justiça Eleitoral.

A Justiça Eleitoral, criada pelo Decreto nº 21.076, em 24 de fevereiro de 1932, nosso primeiro Código Eleitoral Brasileiro, criando o Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais.

A Justiça Eleitoral nasceu com a missão de conferir transparência e segurança do processo eleitoral e, sempre afeta aos temas relacionados a cidadania eleitoral, com corpo técnico multitudinário e capacitado, garantiu desde seu nascedouro duas importantes conquistas: “**o voto secreto**” e “**o voto da mulher**”. Ressalta-se que o voto feminino representa hoje a maioria do eleitorado, somando quase 78 milhões de eleitoras, 52,49% do eleitorado brasileiro.

Também esta Justiça vem promovendo ações para atrair mulheres a participarem da vida política deste país, visando maior equidade em sua representatividade no Poder Legislativo e Executivo.

A missão promissora iniciada em 1932 sofreu uma pausa! No dia 10 de novembro de 1937, o então presidente Getúlio Vargas extinguiu a Justiça Eleitoral, aboliu os partidos políticos, suspendeu as eleições livres e estabeleceu

eleições indiretas para presidente da República. Foi o período conhecido como Estado Novo, de 1937 a 1945.

Em 1945, com o Decreto-Lei nº 7.586, que ficou conhecido como Lei Agamenon, foram restabelecidos os órgãos dos serviços eleitorais, aqueles mesmos de 1932 e existentes até os dias de hoje. E no mesmo ano de 1945, dois meses depois, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará foi instalado, em 6 de junho, na cidade de Belém, em cerimônia solene acontecida na sala das sessões do Tribunal de Apelação, hoje TJ/PA. Seu primeiro presidente foi o então o desembargador Manoel Maroja Neto e sua sede funcionava em um casarão antigo do século XIX, cedido pelo Governo do Estado.

Desde então, nosso Tribunal organiza as eleições, num estado de dimensões continentais, que precisa de uma logística multimodal, que envolve transporte aéreo, fluvial e terrestre e presta serviço a 5.608.484 eleitoras e eleitores paraenses.

O desafio de realizar eleições transparentes e seguras sempre foi o norte da Justiça Eleitoral, o que a impeliu a implementar um projeto desafiador: a informatização do processo de votação com a utilização das urnas eletrônicas, eliminando a intervenção humana na contagem dos votos, sendo garantida sua auditagem e o sigilo da escolha pelo eleitor. Então, em 1996, a Justiça Eleitoral lançou a urna eletrônica, que foi utilizada nas eleições de 1996 nos municípios com mais de 200 mil eleitores. No caso do Pará, nas cidades de Belém e Ananindeua, e que há 25 anos realiza eleições íntegras e confiáveis.

E para tornar o processo eleitoral ainda mais seguro a Justiça Eleitoral deu início ao projeto de identificação biométrica do eleitorado, que nesta Justiça utiliza a impressão digital. Em 2008 a biometria foi testada pela primeira vez nos municípios do Brasil. Depois do sucesso da experiência, a Justiça Eleitoral decidiu dar continuidade ao projeto.

No Pará, em 2009, Capanema foi a primeira cidade que iniciou o recadastramento da população. No ano de 2019, encerrando [seu ciclo com 100% do eleitorado recadastrado com a biometria.](#)

Ocorre que, em virtude da Pandemia de COVID-19, no início do ano de 2020, a identificação biométrica foi suspensa nas eleições municipais/2020, bem como, foram suspensas a coleta de dados biométricos a novas eleitoras e eleitores, situação que permanece como medida a garantir a saúde do eleitorado.

A Justiça Eleitoral, dentre suas atuações, exerce hoje um papel proativo de conscientização do direito ao voto, combate a desinformação e *fake news*, assegurando eleições limpas e garantindo a inclusão social de todas as eleitoras e os eleitores.

São 90 anos, garantindo o direito de votar e ser votado a 147.325.314 eleitoras e eleitores.

90 anos normatizando, julgando e gerenciando o processo eleitoral.

90 anos de segurança, transparência e inovação.

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará festeja a data de 24 de fevereiro de 2022 e se orgulha em cumprir importante papel em prol da democracia.

Parabéns a todos as magistradas, magistrados, servidoras, servidores, estagiárias, estagiários, colaboradoras, colaboradores e, principalmente parabéns a todas as eleitoras e eleitores que tem garantidos seu direito constitucional ao voto para decidirem o futuro e escolherem líderes com a segurança das urnas eletrônicas.

Agradecemos aos anônimos, nossas mesárias e mesários pelo papel cívico desenvolvido como atoras e atores ativos na garantia das eleições livres e seguras, e também a todas e a todos que são envolvidas e envolvidos e contribuem para o momento festivo da democracia-dia da eleição.

Somos incansáveis fiadoras e fiadores da democracia.

Reafirmo o que disse Thiago de Mello: “Por decreto irrevogável fica estabelecido o reinado da Justiça e da claridade e a alegria será uma bandeira generosa para sempre desfraldada na alma do povo brasileiro”.

Viva a Justiça Eleitoral!

Viva a democracia!

Viva o Brasil!

*Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Belém, 24 de fevereiro de 2022.*